

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

- OBJETO:** Contratação de serviços médicos, de assistência social, de nutrição e de psicologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- SETOR INTERESSADO:** Superintendência Administrativo-Financeira – SAD
Gerência de Recursos Humanos – GAH
Gerência de Licitações e Contratos - GAL
- TIPO DE LICITAÇÃO:** **MENOR PREÇO**
- DA SESSÃO PÚBLICA:** Local: <http://www.comprasnet.gov.br>
Data de Abertura: 4 de abril de 2014
Horário de Abertura: 10h00min
- REGULAMENTAÇÃO BÁSICA:** Lei 10.520, de 17/07/02; Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02, de 30/4/2008 e suas alterações posteriores; Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005; Decreto n.º 3.555, de 8/8/2000; Lei complementar n.º 123, de 14/12/2006; Decreto n.º 6.204, de 5/9/2007 e Lei n.º 8.666, de 21/6/1993 e suas alterações posteriores (subsidiariamente) e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria CVM/PTE/nº 120, de 12/8/2013**, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 11/2014**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste edital e seus anexos, dispostos a seguir:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II - Modelo para apresentação da Proposta;
- ANEXO III - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;
- ANEXO IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Específica;
- ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO VI - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços médicos, de assistência social, de nutrição e de psicologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 1.2. Tendo em vista as justificativas dispostas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o certame licitatório conterá um único item.

2. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2014 na classificação abaixo:

Fonte: 0174

Programas de Trabalho: 04.122.2110.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. As especificações dos serviços, as quantidades e a qualificação dos empregados estão descritos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e na Minuta de Contrato, Anexo V deste Edital.
- 3.2. Nas faltas e/ou afastamentos de qualquer natureza do empregado ao serviço, ficará a Contratada obrigada a providenciar, de imediato, a sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a CVM.
- 3.3. Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei 8.666/1993.
- 3.4. Os empregados que estiverem designados para os serviços de que trata este Edital terão vínculo empregatício exclusivamente com a Contratada, que será, também, a única responsável pelo pagamento de seus empregados e pelo recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na

modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica (artigo 11, Caput, da IN n.º 02/2010).

- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (artigo 3.º, § 1.º, do Decreto n.º 5.450/2005), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 4.3. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF (artigo 3.º, § 2.º do Decreto n.º 5.450/2005).
- 4.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (artigo 3.º, § 5.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 4.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (artigo 3.º, § 6.º, do Decreto n.º 5.450/2005).

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no §3.º do artigo 8.º da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2010.
- 5.2. Não poderão participar da presente licitação:
 - 5.2.1. entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou de liquidação (inciso II do artigo 31 da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 63 da Lei n.º 11.101/2005);
 - 5.2.2. entidades empresariais que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal (inciso IV do artigo 40 da IN SLTI/MP n.º 02/2010);
 - 5.2.3. entidades empresariais que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar com a CVM, conforme inciso III do artigo 87 da lei nº 8.666/1993;
 - 5.2.4. entidades empresariais que estejam cumprindo sanção de impedimento do direito de licitar e contratar com a União (artigo 7.º da Lei n.º 10.520/2002);
 - 5.2.5. entidades empresariais cujos estatutos ou contratos sociais não sejam compatíveis com o objeto desta licitação;
 - 5.2.6. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que

- utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 5.2.7. entidades empresariais que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente (inciso V do artigo 28 da Lei n.º 8.666/1993);
 - 5.2.8. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 5.2.9. entidades empresariais da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM ou quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da lei n.º 8.666/1993;
 - 5.2.10. sociedades cooperativas, considerando a proibição contida no artigo 4.º da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2008.
- 5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
 - 5.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 5.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7.º, XXXIII, da Constituição Federal.
 - 5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2009;
- 5.4. Considerando que o objeto da contratação envolve a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o artigo 17, inciso XII, artigo 30, inciso II e artigo 31, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações (Acórdão TCU 797/2011 - Plenário).

- 5.4.1. A licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser contratada, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópias dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações (Acórdão TCU 2.798/2010 – Plenário);
- 5.4.2. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, a CVM, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- 5.4.3. A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o artigo 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, conforme dispõe o artigo 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

6. DA VISTORIA (FACULTATIVA)

- 6.1. As empresas interessadas **poderão** realizar vistoria nos locais e instalações onde será realizada a prestação dos serviços, de forma a obter pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.
- 6.2. A vistoria ocorrerá mediante prévio agendamento, com o servidor **Darcy Carlos de Souza Oliveira**, pelo telefone (21) 3554-8491.
- 6.3. Caso a licitante opte por realizar a vistoria, esta deverá ser efetuada com acompanhamento de um servidor da CVM, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 18h, em até 2(dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;
- 6.4. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após a apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão

pública, não incluindo como termo final a data da abertura, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço pregoeiro@cvm.gov.br (artigo 19 do Decreto n.º 5.450/2005).

- 7.2. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, não incluindo como termo final a data da abertura, encerrando-se necessariamente no dia anterior, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão (artigo 18, caput, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 7.3. A impugnação deverá ser encaminhada, via internet, para o endereço pregoeiro@cvm.gov.br.
- 7.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (artigo 18, § 1º c/c artigo 11, inciso II, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 7.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame (artigo 18, § 2º do Decreto n.º 5.450/2005).
- 7.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 7.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.
- 7.8. Qualquer modificação no Edital será divulgada no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (artigo 20, do Decreto 5.450/2005).

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a descrição do objeto ofertado, o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas (artigo 21, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 8.2. O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (artigo 21, § 1º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 8.3. A proposta inicial de preços deverá ser ofertada pelo **VALOR TOTAL ANUAL**, apurado pelo somatório dos custos totais dos itens de serviço detalhados nos Modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços (Anexos III e IV) deste Edital.
 - 8.3.1. Com a finalidade de facilitar o cálculo do valor total anual e o posterior encaminhamento da proposta comercial, serão disponibilizados, no site da CVM (www.cvm.gov.br -> Licitações -> Processos de Compras), os Modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços supracitados no formato de planilhas eletrônicas.

- 8.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (artigo 21, § 4.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 8.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (artigo 3.º, § 5.º, Decreto n.º 5.450/2005).
- 8.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear quaisquer alterações dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou de qualquer outro pretexto.
- 8.7. Não serão consideradas propostas com alternativas. As licitantes devem se limitar às especificações deste Edital.
- 8.8. Na hipótese de se verificar incoerência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o mais vantajoso para a CVM. Entre o valor por extenso e o numérico, prevalecerá o por extenso.
- 8.9. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1.º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993 (artigo 23, caput e §1.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 8.10. Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a Contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual (artigo 23, §2.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 8.11. A simples participação neste certame implica:
 - 8.11.1. a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital de Pregão Eletrônico;
 - 8.11.2. que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ofertado;
 - 8.11.3. que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (artigo 22, §5.º do Decreto n.º 5.450/2005).

- 9.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (artigo 13, Inciso IV do Decreto n.º 5.450/2005).
- 9.4. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.
- 9.5. Excepcionalmente, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.
- 9.6. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no item acima, a licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (artigo 22, §2.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
 - 10.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (artigo 22, §3.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
 - 10.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro (artigo 24, Caput e §1.º do Decreto n.º 5.450/2005).
 - 11.1.1. **Os lances deverão ser ofertados pelo VALOR TOTAL ANUAL** dos serviços descritos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

- 11.2. Para o cálculo do **VALOR TOTAL ANUAL (VTA)**, deverá ser considerado o **somatório dos preços anuais totais para cada um dos serviços a serem contratados, conforme equação e demandas previstas nos quadros abaixo:**

$$VTA = \sum_{n=1}^{26} P_n - \text{“somatório dos preços anuais totais para cada um dos serviços a serem contratados”}$$

SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA	ITENS DO TR	PREÇO ANUAL TOTAL
Serviço Médico – Médico Examinador (8 horas diárias - 5 vezes por semana) – RJ	4.1.1	P ₁
Serviço Médico – Médico Examinador/Coordenador (4 horas diárias – 5 vezes por semana) - RJ	4.1.2	P ₂
Serviço Médico – Médico Examinador (4 horas diárias - 5 vezes por semana) – SP	4.1.1	P ₃
Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem (8 horas diárias - 5 vezes por semana) - RJ	4.1.4	P ₄
Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem (8 horas diárias - 5 vezes por semana) - SP	4.1.4	P ₅
Serviço de Assistência Social (12 horas diárias - 5 vezes por semana) - RJ	4.2.1	P ₆
Serviço de Assistência Social (6 horas diárias - 5 vezes por semana) - SP	4.2.1	P ₇
Serviço de Nutrição (12 horas semanais – 3 vezes por semana a combinar com a CVM) - RJ	4.3.1	P ₈
Serviço de Nutrição (8 horas quinzenais a combinar com a CVM) - SP	4.3.1	P ₉
Serviço de Psicologia (8 horas diárias - 3 vezes por semana) - RJ	4.4.1	P ₁₀
Serviço de Psicologia (8 horas diárias - 2 vezes por mês) - SP	4.4.1	P ₁₁

SERVIÇOS DE EXAMES PERIÓDICOS	DEMANDA ANUAL ESTIMADA	PREÇO ANUAL TOTAL (ESTIMADO)
Hemograma completo	371	P ₁₂
Glicemia	371	P ₁₃
Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS)	371	P ₁₄
Creatinina	371	P ₁₅
Colesterol total e triglicérides	371	P ₁₆
Frações de Colesterol (HDL/LDL)	371	P ₁₇
AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	371	P ₁₈
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP)	371	P ₁₉
Citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres	102	P ₂₀
Oftalmológico	236	P ₂₁
Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	162	P ₂₂
Mamografia, para mulheres	39	P ₂₃
PSA, para homens	123	P ₂₄
SERVIÇOS DE REMOÇÃO – área protegida	DEMANDA ANUAL ESTIMADA	PREÇO ANUAL TOTAL (ESTIMADO)
Remoção por ambulância com UTI - Rio de Janeiro	12 meses	P ₂₅
Remoção por ambulância com UTI - São Paulo	12 meses	P ₂₆

- 11.3. Fica desde já estabelecido que as estimativas para utilização dos serviços relacionados aos exames periódicos e remoções por ambulância **servem única e exclusivamente como parâmetro para elaboração das propostas de preços por parte das licitantes**. A não concretização das circunstâncias que orientam a citada estimativa, por estarem absolutamente fora do controle da CVM (como nº de admitidos, nº de servidores que compareçam ao periódico, remoções, etc.), não constitui responsabilidade da Autarquia. Desta forma, **a CVM está totalmente desobrigada a utilizar qualquer desses serviços nas quantidades previamente informadas**, durante toda a vigência do Contrato resultante deste certame licitatório.
- 11.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas neste Edital (artigo 24, § 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.4.1. Em observância às disposições insertas na IN SLTI/MP n.º 03, de 16 de dezembro de 2011, o intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 11.4.2. Os lances enviados em desacordo com o subitem acima serão excluídos automaticamente pelo sistema eletrônico.
- 11.5. As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado pelo sistema (artigo 24, § 3.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (artigo 24, § 4.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (artigo 24, § 5.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (artigo 24, § 10.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (artigo 24, § 11, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (artigo 24, § 6.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.10. O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (artigo 24, § 7.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

12. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 12.1. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204/2007.
- 12.2. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada (artigo 5.º, §§1.º e 2.º do Decreto n.º 6.204/2007).
- 12.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto (artigo 5.º, §4.º, inciso I e §6.º do Decreto n.º 6.204/2007).
- 12.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior (artigo 5.º, §4.º, inciso II do Decreto n.º 6.204/2007).
- 12.5. Caso não se ofertem lances e sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa ou empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate (artigo 5.º, §4.º, inciso III do Decreto n.º 6.204/2007).
- 12.6. Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- 12.7. Em eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3.º, §2.º, da Lei n.º 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
 - 12.7.1. prestados por empresas brasileiras;
 - 12.7.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 12.7.3. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 12.8. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação (artigo 25, *caput*, Decreto n.º 5.450/2005).
- 13.2. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO TOTAL ANUAL, apurado de acordo com os Anexos III e IV deste Edital, e **observados os preços unitários máximos estipulados para cada um dos itens de serviço (categorias de médicos, auxiliares de enfermagem, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais), exames periódicos e serviços de remoção (área protegida)**, os quais foram apurados mediante pesquisa de mercado e somente serão disponibilizados às licitantes interessadas após a fase de lances.
- 13.3. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO TOTAL ANUAL, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 13.4. A Proposta Comercial deverá ser devidamente preenchida, conforme modelo constante nos Anexos II, III e IV deste Edital. As planilhas que compõem os anexos III e IV serão disponibilizadas em arquivo com formato Excel no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).
- 13.5. A proposta de preços deverá conter os seguintes itens/documentos:
 - 13.5.1. nome do proponente, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa e a inscrição Estadual e/ou Municipal ou do Distrito Federal ou papel timbrado com estas informações;
 - 13.5.2. **planilhas de custos e formação de preços**, devidamente preenchidas, contendo os preços mensais dos serviços, detalhando todos os elementos que influenciem no seu custo total, conforme planilhas modelo contidas no Anexo III deste Edital;
 - 13.5.3. **memória de cálculo detalhada que contenha a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante** para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços do posto de serviço envolvido na contratação, podendo ser utilizado como modelo o Anexo III deste Edital;
 - 13.5.4. **planilha de formação de preços específica** para os serviços de exames médicos periódicos e de remoção, conforme Anexo IV deste Edital;
 - 13.5.5. o valor da proposta, limitado a 2 casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, incluindo todas as despesas legais ou adicionais, previstas neste Edital e seus Anexos;
 - 13.5.6. o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4.º do Decreto n.º 5.450/2005);

- 13.5.7. GFIP ou outro documento apto a comprovar o FAP;
- 13.5.8. o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.;
- 13.6. As folhas da proposta, contendo os itens citados acima, devem ser rubricadas e numeradas, e a última datada e assinada pelo seu representante legal.
- 13.7. **As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou dissídios coletivos que regem cada categoria profissional** que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, segundo disposto no inciso III do art. 21 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008;
 - 13.7.1. Caso não haja acordos coletivos, convenções coletivas ou dissídios coletivos vigentes ou caso a categoria profissional não seja abrangida por sindicato, a licitante deverá indicar em sua proposta o instrumento legal que estipula salário mínimo para a categoria.
- 13.8. Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, quando da repactuação, caberá à Contratada a demonstração da variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas;
- 13.9. **Os salários-base deverão ser iguais ou superiores aos mínimos estabelecidos em lei, convenção, acordo ou dissídio coletivo;**
- 13.10. Na formulação de sua proposta, **a licitante deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida**, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU n.º 2.647/2009 - Plenário);
- 13.11. Considerando-se as determinações do TCU, a eventual inclusão do item **“Reserva Técnica”** na planilha de custos e de formação de preços **deverá estar acompanhada da indicação expressa dos custos que serão cobertos por tal item**. A não disponibilização de tal informação, juntamente com a proposta e planilhas apresentadas, acarretará a necessidade de realização de diligência, sendo que o não atendimento da mesma ou o atendimento não satisfatório acarretará a desclassificação da proposta (Acórdão TCU n.º 1.597/2010 - Plenário);
- 13.12. Os custos referentes ao item **“Treinamento/Capacitação/Reciclagem”**, considerando o entendimento esposado pelo TCU, **deverão estar contemplados no percentual de Custos Indiretos** (Acórdão TCU n.º 592/2010 – Plenário);
- 13.13. A ME/EPP prestadora de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo SIMPLES NACIONAL, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (art. 19, XXIII, da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 2/2008);
- 13.14. O dimensionamento da equipe para execução adequada dos serviços será de responsabilidade da licitante/Contratada, devendo ser suficiente para o cumprimento

integral dos serviços contratados e observado o limite de carga horária diária, conforme a legislação trabalhista.

- 13.15. Não será aceito o lance vencedor com **valor superior ao preço máximo fixado** ou que apresentar preço manifestamente inexecutável (artigo 48, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993).
- 13.16. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, **exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 13.17. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CVM ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 13.18. Considerar-se-á inexecutável a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos são suficientes para a cobertura dos gastos decorrentes da contratação (artigo 29, § 1.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 13.19. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3.º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/1993, a exemplo das enumeradas no §3.º, do artigo 29, da IN SLTI/MP n.º 2, de 2008.
- 13.20. Será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
- 13.21. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto (artigo 24 da IN SLTI/MPOG n.º 2/2008).
- 13.22. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação (artigo 4.º, inciso XVI, da Lei n.º 10.520/2002).
- 13.23. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
 - 13.23.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital (artigo 24, § 8.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
 - 13.23.2. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 13.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes (artigo 24, § 9.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 13.24. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14. DA HABILITAÇÃO

- 14.1. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a documentação referente à habilitação, **juntamente com a proposta de preços (Anexos II, III e IV)**, assinada, digitalizada e atualizada em conformidade com o último lance ofertado, por meio da opção “Enviar Anexo”, **em até 4 (quatro) horas** após a convocação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 14.1.1. O prazo para envio da proposta de preços poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 14.1.2. A documentação assinada e digitalizada referente à aceitação e habilitação também poderá ser remetida por meio de mensagem para o e-mail pregoeiro@cvm.gov.br, preferencialmente, ou por meio do **fac-símile (21) 3554-8475**, nos casos de solicitação do Pregoeiro, para fins de agilizar o envio da documentação à área técnica da CVM, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.
- 14.1.3. Dentro do prazo estabelecido neste item poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos à sua proposta ou habilitação. Na hipótese da proposta já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz-se necessário que a licitante formalize ao Pregoeiro, via mensagem (e-mail), preferencialmente, ou fac-símile, o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o Pregoeiro fará novo uso da funcionalidade “Convocar anexo”.
- 14.1.3.1. em função da negociação de preços;
- 14.1.3.2. em função de impropriedades ou omissões sanáveis, não conflitantes com os termos do Edital e com a lisura da competição;
- 14.2. Adicionalmente, deverá apresentar os documentos de habilitação e proposta de preços originais ou cópias autenticadas, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento da sessão pública, à Comissão de Valores Mobiliários - Gerência de Licitações e Contratos, localizada na Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.050-901, em envelope fechado e rubricado (artigo 25, §§ 2.º e 3.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 14.2. A comprovação das habilitações jurídica, fiscal e econômico-financeira poderá ser realizada por meio de consulta on line ao SICAF (artigo 25, § 1.º, do Decreto n.º 5.450/2005 c/c artigo 3.º, *caput* e artigo 4.º, *caput*, IN SLTI/MP n.º 02/2010).
- 14.3. Deverá constar do envelope a seguinte documentação complementar ao SICAF:

- 14.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – negativa ou positiva com efeitos de negativa), consoante artigo 29, inciso V, da lei 8.666/1993, de modo a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 14.3.2. Proposta de Preços, conforme Anexos II, III e IV do presente Edital;
- 14.3.3. Registro ou inscrição da empresa licitante, em plena validade, no **Conselho Regional de Medicina** de sua respectiva jurisdição, conforme Resolução 1642/2002 do Conselho Federal de Medicina;
- 14.3.4. Comprovação de aptidão para desempenho de serviços de saúde ocupacional, contemplando quaisquer dos serviços objeto desta licitação (serviços médicos, de assistência social, de nutrição e/ou de psicologia), **em quantidade de postos total não inferior a 5 (cinco), por período não inferior a 3 (três) anos**, mediante apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica (art. 19, §5.º, I, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2/2008).
 - 14.3.4.1. Os(s) atestado(s) conterá(ão), preferencialmente o nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e Contratada; nome, cargo, telefone e assinatura do atestante; período de execução, características dos serviços executados, descrição e número de postos, número do contrato, data de emissão do atestado, dentre outros;
 - 14.3.4.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (art. 19, §9.º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008);
 - 14.3.4.3. a licitante poderá comprovar o quantitativo mínimo de postos e a experiência mínima de 3 (três) anos prevista nesta cláusula com o somatório de atestados;
 - 14.3.4.4. a licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;
 - 14.3.4.5. A CVM poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder(em) administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.
- 14.4. As licitantes que não estiverem cadastradas além do nível de credenciamento ou que não se encontrem com o cadastramento atualizado no SICAF deverão encaminhar, juntamente com a documentação complementar, os documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal e qualificação econômico-financeira, detalhados nos itens abaixo.

14.5. Relativamente à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da licitante:

- 14.5.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 14.5.2. em se tratando de sociedades empresariais ou empresas individuais de responsabilidade limitada, contrato social, estatuto em vigor ou ato constitutivo, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 14.5.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 14.5.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples e outras pessoas jurídicas de direito privado, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 14.5.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

14.6. Relativamente à **REGULARIDADE FISCAL** da licitante:

- 14.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 14.6.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme artigo 1.º, inciso I, do Decreto n.º 6.106/2007);
- 14.6.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 14.6.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.6.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.6.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 14.6.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal de seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei (artigo 16 da IN SLTI/MP n.º 2/2010);
- 14.6.7. a licitante detentora do menor preço, sendo microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Relativamente à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** da licitante:

- 14.7.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 14.7.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 14.7.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 14.7.3. comprovação da boa situação financeira da empresa, a ser constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

- 14.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que possuem patrimônio líquido igual ao superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 14.9. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão n.º 1.793/2011 - Plenário, também serão realizadas consultas: ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do Portal da Transparência; ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ; e à composição societária das empresas no sistema SICAF, a fim de certificar se há entre os sócios servidores da CVM.
- 14.10. Se a menor proposta ofertada for de microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
 - 14.10.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo

facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- 14.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 14.12. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.13. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.14. Quanto aos documentos mencionados nesta seção, não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas.
- 14.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (artigo 21, § 3.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 14.16. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (artigo 25, § 9.º do Decreto n.º 5.450/2005).
- 14.17. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e de habilitação deverá ser o mesmo da assinatura do contrato e aquele a receber a Nota de Empenho e a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondentes aos serviços, bem como alvo da liquidação da despesa.
- 14.18. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos (artigo 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).
- 14.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

- 15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.3. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora (artigo 26, § 1.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
 - 15.3.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (artigo 26, caput, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 15.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento (artigo 4.º, inciso XIX, da Lei n.º 10.520/2002, c/c artigo 26, § 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 15.5. As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema e dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM (artigo 26, caput, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 15.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contrarrazões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal.
- 15.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Gerência de Licitações e Contratos da CVM, sito na Rua Sete de Setembro, n.º 111, 28.º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, em dias úteis, no horário de 09h às 13h e 14h às 18h (§ 5.º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993).

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório (artigo 4.º, inciso XXI, da Lei n.º 10.520/2002 c/c artigo 27 do Decreto n.º 5.450/2005).

17. DO TERMO DE CONTRATO

- 17.1. Após a homologação da licitação, a adjudicada deverá assinar o contrato **em até 03 (três) dias úteis**, a contar da data do recebimento do respectivo aviso, sob pena de decair o direito à contratação. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,

quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CVM (artigo 64, caput e § 1.º, da Lei n.º 8.666/93 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).

- 17.2. A Contratada deverá autorizar a utilização da garantia e de pagamento direto previstos nos artigos 19-A e 35 no Anexo VII da Instrução Normativa n.º 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo do Anexo VI deste Edital, que será parte integrante do Contrato para todos os fins.
- 17.3. O período de vigência do contrato será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado, quando comprovadamente vantajoso para a CVM, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado na minuta de contrato (Anexo V deste Edital), desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c/c art. 30-A, § 1º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008):
 - 17.3.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 17.3.2. a CVM mantenha interesse na realização do serviço;
 - 17.3.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CVM; e
 - 17.3.4. a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 17.4. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que:
 - 17.4.1. os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;
 - 17.4.2. os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.
- 17.5. Previamente à contratação e a cada pagamento a fornecedor, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação (artigo 3.º, §1.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2010).
- 17.6. Será exigido o cadastramento quando, anteriormente à assinatura do contrato, o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF. Neste caso, o cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada (artigo 3.º, § 2.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2010).
- 17.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das

sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais. (artigo 27, § 3.º do Decreto n.º 5.450/2005).

- 17.8. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CVM para que a autarquia delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.
- 17.9. É expressamente **vedada a subcontratação total** do objeto deste Edital, sob pena de rescisão contratual.
- 17.9.1. Será permitida a subcontratação parcial, mediante avaliação e anuência prévia da CVM, nas hipóteses em que, para determinada atividade que componha os serviços a serem prestados, tal prática seja reconhecidamente comum no mercado.
- 17.10. Independentemente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:
- 17.10.1. a proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
- 17.10.2. o presente Edital e seus anexos;
- 17.10.3. a Nota de Empenho correspondente.

18. DA FISCALIZAÇÃO

- 18.1. Os critérios de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e na Minuta de Contrato, Anexo V.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 19.1. A Contratada deverá apresentar garantia de execução conforme estabelecido na Minuta de Contrato (Anexo V).

20. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 20.1. As condições para liquidação e pagamento dos serviços prestados pela Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato (Anexo V).

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CVM

- 21.1. As obrigações da Contratada e da CVM são as estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta de Contrato (Anexo V).

22. DA REPACTUAÇÃO

- 22.1. As condições para aplicação de repactuação contratual estão dispostas na Minuta de Contrato (Anexo V).

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, a licitante/adjudicatária que:
- 23.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - 23.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 23.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 23.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 23.1.5. não mantiver a proposta;
 - 23.1.6. comportar-se de modo inidôneo;
 - 23.1.7. cometer fraude fiscal.
- 23.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 23.2.1. Advertência;
 - 23.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicados(s) pela conduta da licitante;
 - 23.2.3. Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela licitante desistente, na hipótese de desistência injustificada do lance, após o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no artigo 28, do Decreto n.º 5.450/2005 e demais cominações legais;
 - 23.2.4. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no artigo 28, do Decreto n.º 5.450/2005, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em

celebrar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

- 23.2.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Termo de Referência, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.
- 23.2.6. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 23.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência e de impedimento.
- 23.4. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CVM.
- 23.5. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784/1999.
- 23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, conforme determina o § 2.º do artigo 36, da Lei n.º 8.666/1993.

24. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 24.1. Dos atos praticados pela CVM cabem recursos na forma prevista no artigo 109, da Lei n.º 8.666/1993.
- 24.2. Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, no Protocolo na Gerência de Documentações da CVM (GAD), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 2º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (artigo 109, inciso I, alínea “b” da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, §1.º, da Lei n.º 8.666/1993, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado, desde que não ultrapasse 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 25.2. O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado,

pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (artigo 18 do Decreto n.º 3.555/2000 c/c artigo 14 do Decreto n.º 3.697/2000 e artigo 29 do Decreto n.º 5.450/2005).

- 25.3. Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (artigo 18 do Decreto n.º 3.555/2000, artigo 29, §§ 1.º e 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 25.4. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (artigo 49, § 3.º da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei 10.520/2002).
- 25.5. O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (artigo 43, § 5.º da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).
- 25.6. Após o início ou encerramento da fase de lances, não caberá desistência por parte das licitantes, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 25.7. Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:
 - 25.7.1. de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;
 - 25.7.2. juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no item abaixo.
- 25.8. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, sem que se descaracterize o objeto licitatório (artigo 43, § 3.º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).
- 25.9. Na apresentação das propostas, simples omissão ou impropriedades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 25.10. A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 25.11. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CVM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.12. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (artigo 110 da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).

- 25.13. Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 25.14. Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal.
- 25.15. A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços (IN n.º 01, de 19 de janeiro de 2010):
- 25.15.1. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
 - 25.15.2. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - 25.15.3. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
 - 25.15.4. prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 25.16. Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (artigo 55, § 2.º da Lei n.º 8.666/1993 c/c artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002).
- 25.17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.
- 25.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.

EDUARDO ABI-NADER SIMÃO
Gerente de Licitações e Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

Contratação de serviços médicos, assistência social, nutrição e psicologia para a sede da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, no município do Rio de Janeiro (RJ), e para sua Regional localizada no município de São Paulo (SP).

1. JUSTIFICATIVA

Necessidade de atendimento ao preconizado nos seguintes instrumentos legais:

- a) Decreto nº 6.833 de 29 de abril de 2009, da Presidência da República, que instituiu o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, o qual tem como finalidade uniformizar procedimentos e promover a saúde ocupacional do servidor;
- b) Decreto nº 6.856 de 25 de maio de 2009, da Presidência da República, que regulamentou o art. 206-A da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, dispondo sobre os exames médicos periódicos dos servidores públicos federais;
- c) Portaria Normativa nº 4 de 15 de setembro de 2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu orientações para a aplicação do Decreto nº 6.856 de 25 de maio de 2009, da Presidência da República, o qual dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores públicos federais;
- d) Portaria nº 1.261 de 5 de maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instituiu os Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC da Administração Pública Federal sobre a saúde mental dos servidores;
- e) Portaria Normativa Nº 3 de 07 de maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor; e

- f) Portaria Normativa Nº 3 de 25 de março de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal.

2. OBJETIVO

Promover a saúde ocupacional dos servidores da CVM, desenvolvendo um ambiente de trabalho mais saudável e minimizando os riscos associados às atividades laborais, em atendimento à legislação pertinente.

3. OBJETO

Contratação de empresa, devidamente cadastrada no Conselho Regional de Medicina conforme Resolução 1642/2002 do Conselho Federal de Medicina, especializada na prestação de serviços de saúde, contemplando serviços médicos (4.1), assistência social (4.2), nutrição (4.3) e psicologia (4.4) nas seguintes localidades da CVM:

Sede: Rua Sete de Setembro, 111 – Centro / Rio de Janeiro – RJ;

- Local de trabalho dos médicos e auxiliar de enfermagem: ambulatório médico.
- Local de trabalho do assistente social, psicólogo e nutricionista: salas de atendimento situadas fora do ambulatório médico.

Regional SP: Rua Cincinato Braga, 340 – Paraíso / São Paulo – SP.

- Local de trabalho: ambulatório médico.

Estas unidades funcionais classificam-se apenas como de atendimento ambulatorial, com prestação de atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde, sem atendimento de urgência/emergência ou internação, contemplando as seguintes atividades previstas na Resolução Anvisa RDC Nº 50 de 21 de fevereiro de 2002:

- Realizar ações individuais ou coletivas de prevenção à saúde, tais como imunizações e primeiro atendimento.
- Realizar vigilância epidemiológica através de coleta e análise sistemática de dados, investigação epidemiológica, informação sobre doenças, etc.
- Promover ações de educação para a saúde, através de palestras, demonstrações e treinamento *in loco*, campanhas, etc.
- Realizar vigilância nutricional através das atividades continuadas e rotineiras de observação, coleta e análise de dados e disseminação da informação referente ao estado nutricional, desde a ingestão de alimentos à sua utilização biológica.
- Recepcionar, registrar e fazer marcação de consultas.
- Proceder à consulta médica, psicológica, de assistência social, de nutrição e de enfermagem.

De forma a viabilizar a atuação integrada (4.5) dos profissionais envolvidos e devido à necessidade de coordenação das ações de promoção da saúde, as localidades acima devem ser atendidas pela mesma empresa Contratada.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1 SERVIÇOS MÉDICOS

4.1.1 Médico Examinador - Manter médico clínico geral, registrado no Conselho Regional de Medicina, com especialização (pós graduação *lato sensu*) em medicina do trabalho e no mínimo cinco anos de experiência profissional, munido dos equipamentos de uso pessoal necessários para o efetivo desempenho da função (estetoscópio, esfigmomanômetro, lanterna, etc.), com as seguintes atribuições:

- Realizar atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde através de consultas médicas e exames periódicos.
- Realizar levantamento epidemiológico através da aplicação de questionário, exame clínico e exames complementares para todos os servidores, conforme cronograma estabelecido pela Gerência de Recursos Humanos - GAH, a fim de compor o seu perfil de saúde.
- Participar ativamente das ações coletivas gerais de promoção da saúde, através de campanhas de imunização, palestras e outras ações de divulgação e discussão de temas relevantes na área de saúde ocupacional.
- Participar ativamente de ações coletivas de promoção da saúde restritas a grupos específicos de servidores, de acordo com perfil verificado em levantamento epidemiológico prévio, em conjunto com os demais profissionais de saúde da equipe.
- Realizar avaliação e acompanhamento médico individualizado, com ênfase em saúde ocupacional, dos servidores que necessitarem, em conjunto com os demais profissionais de saúde da equipe e outros médicos especialistas.

4.1.2 Médico Examinador/Coordenador – Manter médico clínico geral que, além dos requisitos descritos no item 4.1.1, deverá possuir experiência de pelo menos mais três anos em chefia, direção técnica, gerência ou coordenação na área de saúde ocupacional, para responder pela Responsabilidade Técnica do Serviço perante os Órgãos Fiscalizadores (CREMERJ,

Vigilância Sanitária e outros) e terá, adicionalmente ao item 4.1.1, as seguintes atribuições:

- Supervisionar e coordenar todos os serviços técnicos de saúde desenvolvidos nas unidades da CVM, observando o cumprimento das normas técnicas em vigor.
- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor.
- Responder por todas as informações prestadas perante o Conselho Federal de Medicina e Conselhos Regionais de Medicina, bem como perante os órgãos fiscalizadores, nos termos do regulamento sanitário federal e legislações estaduais e municipais correlatas.
- Representar a Contratada e/ou a CVM em suas relações com as autoridades sanitárias e outras, quando exigir a legislação em vigor.
- Coordenar a implementação na CVM das ações de saúde propostas pela Portaria Normativa Nº 3 de 25 de março de 2013 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Monitorar os projetos e atividades de promoção da saúde a partir de indicadores produzidos com essa finalidade, para avaliar os impactos na relação saúde x doença x trabalho.
- Compilar anualmente os indicadores de saúde a fim de acompanhar a eficácia relativa das medidas implementadas e redefinir as propostas de ações de promoção da saúde.
- Fornecer à Gerência de Recursos Humanos – GAH da CVM, periodicamente e sempre que for solicitado, relatórios referentes ao andamento das atividades de promoção da saúde em curso, quanto à sua eficácia e aceitação por parte dos servidores, entre outros parâmetros.

4.1.3 Os serviços descritos nos itens 4.1.1 e 4.1.2 deverão ser prestados nos seguintes horários, conforme a localidade:

- **Sede:** de 2ª a 6ª feira, das 8h às 20h, sendo que dessas 12 horas diárias, 8 horas são relativas ao médico examinador e 4 horas relativas ao médico examinador/coordenador;
- **Regional SP:** de 2ª a 6ª feira, das 14h às 18h, sendo essas 4 horas diárias relativas ao médico examinador.

4.1.4 Manter auxiliar de enfermagem, registrado no Conselho Regional de Enfermagem, com especialização em enfermagem do trabalho e no mínimo três anos de experiência profissional, nas seguintes localidades:

- **Sede:** de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h;

- **Regional SP:** de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h.

- 4.1.5 A Contratada deve providenciar Certidão de Responsabilidade Técnica de Enfermagem, cuja anotação deverá ser requerida por profissional Enfermeiro junto ao Conselho Regional de Enfermagem, conforme Resolução 302/2005 do Conselho Federal de Enfermagem. O documento deve ser entregue em até 30 dias corridos após a assinatura do contrato. Tal prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado pela Contratada, com o aceite da CVM.
- 4.1.6 Manter, em ambas as cidades abrangidas por este TR, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 20h, serviço de área protegida para ambulância com UTI, cujo tempo médio de atendimento para emergências deve ser de no máximo 30 minutos e de 50 minutos para urgências. Este serviço poderá ser subcontratado mediante avaliação e anuência prévia por escrito da CVM.
- 4.1.7 Para dimensionamento do serviço, deve-se considerar um quantitativo de aproximadamente 500 servidores ativos lotados na Sede da CVM, no município do Rio de Janeiro e aproximadamente 100 servidores ativos lotados na Regional localizada no município de São Paulo, sendo que a **quantidade estimada anual** de remoções em cada uma dessas unidades é **inferior a cinco ocorrências**.
- 4.1.8 Realizar, bienalmente, para aqueles entre 18 e 45 anos, e anualmente, para aqueles acima de 45 anos, exames periódicos em todos os servidores ativos lotados na Sede da CVM no município do Rio de Janeiro e na Regional localizada no município de São Paulo.

Obs.: Servidores portadores de doenças crônicas, independente da idade, deverão ser submetidos anualmente a exames periódicos, ou a intervalos menores, a critério do Serviço Médico.

Tais exames compreendem:

I – avaliação clínica;

II – exames laboratoriais:

- a) hemograma completo;
- b) glicemia;
- c) urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS);
- d) creatinina;
- e) colesterol total e triglicérides
- f) frações de colesterol (HDL/LDL)
- g) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO);

- h) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP);
- i) citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres;
- III – servidores com mais de 45 anos: oftalmológico;
- IV – servidores com mais de 50 anos:
 - a) pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico);
 - b) mamografia, para mulheres; e
 - c) PSA, para homens.

Obs.: Este serviço será faturado por demanda. Deverão ser disponibilizados aos servidores da CVM do Rio de Janeiro e de São Paulo, no mínimo dois laboratórios situados no Centro dos municípios onde se encontra a autarquia, após aprovação da Gerência de Recursos Humanos – GAH das opções apresentadas pela Contratada. Este serviço poderá ser subcontratado mediante avaliação e anuência prévia por escrito da CVM.

- 4.1.9 De forma a permitir a disponibilidade de opções de laboratórios aos servidores, bem como a possibilidade de ações diante de eventuais deficiências no padrão de atendimento, sem interrupções na prestação do serviço, os exames periódicos previstos no item anterior devem fazer parte do mesmo conjunto de serviços prestados pela Contratada.
- 4.1.10 O quadro a seguir representa a quantidade anual estimada por tipo de exame periódico. Por se tratar de uma estimativa apenas para efeito de dimensionamento do serviço, estas quantidades não constituem obrigação da CVM perante a Contratada.

Item	Descrição	Quant. Anual Estimada
II-a	Hemograma completo	371
II-b	Glicemia	371
II-c	Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS)	371
II-d	Creatinina	371
II-e	Colesterol total e triglicérides	371
II-f	Frações de colesterol (HDL/LDL)	371
II-g	AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	371
II-h	ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP)	371
II-i	Citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres, contemplando a consulta com o médico Ginecologista para a coleta de material e envio ao laboratório. O resultado do exame será avaliado pela equipe médica do ambulatório da CVM.	102
III	Oftalmológico, contemplando os seguintes itens:	236

Item	Descrição	Quant. Anual Estimada
	<ul style="list-style-type: none"> • Acuidade visual • Tonometria • Motilidade • Biomicroscopia • Fundoscopia • Conclusão 	
IV-a	Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	162
IV-b	Mamografia, para mulheres	39
IV-c	PSA, para homens	123

4.1.11 A Contratada será responsável por obter a certificação digital A3 para cadastramento dos médicos no SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, mantendo uma quantidade de certificações que não comprometa a continuidade dos serviços na CVM.

4.1.12 Os médicos deverão efetuar o lançamento dos resultados dos exames periódicos dos servidores da CVM no SIASS, incluindo os exames existentes nos prontuários dos servidores e que ainda não foram lançados nesse sistema.

4.1.13 Mensalmente, deverão ser apresentados, juntamente com a fatura do mês, relatórios de absenteísmo e de controle epidemiológico, sem prejuízo do contido no item 4.6.

4.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.2.1 Manter assistente social, registrado no Conselho Regional de Serviço Social, com curso de especialização ou extensão em recursos humanos, administração, saúde pública, dependência química ou preparação para aposentadoria / terceira idade e experiência mínima de três anos nas atividades descritas em pelo menos quatro dos subitens do item 4.2.2, nas seguintes localidades:

- **Sede:** de 2ª a 6ª feira, das 8h às 20h;
- **Regional SP:** de 2ª a 6ª feira, das 11h às 17h.

4.2.2 O profissional será responsável por:

- a) emitir parecer social visando à análise dos aspectos sociais que interfiram na situação de saúde do servidor e/ou de pessoa da família,

- considerando a autonomia profissional na definição de instrumentos técnicos como visitas e entrevistas;
- b) conhecer os indicadores socioprofissional, econômico e cultural, dentre outros, dos servidores em tratamento de saúde, utilizando instrumentos técnicos como entrevistas, visitas e pesquisas sociais;
 - c) proceder à avaliação social para subsidiar o estudo de caso em análise;
 - d) realizar atendimento ao servidor e sua família, por meio de orientação social nas questões relacionadas à saúde, visando à inserção dos mesmos em ações e programas desenvolvidos pela instituição, assim como encaminhamento aos recursos sociais disponíveis na comunidade;
 - e) realizar orientação sobre os direitos sociais do servidor;
 - f) proceder à avaliação social para subsidiar a decisão pericial sobre a presença indispensável do servidor em caso de licença em pessoa da família; e
 - g) outras atividades que lhe forem demandadas, no âmbito de sua atuação profissional.

4.3 NUTRIÇÃO

- 4.3.1 Manter nutricionista, registrado no Conselho Regional de Nutricionistas, com no mínimo três anos de experiência profissional, nas seguintes localidades:
 - **Sede:** três vezes por semana, durante quatro horas diárias, a combinar com a Gerência de Recursos Humanos - GAH;
 - **Regional SP:** duas vezes por mês, durante oito horas diárias, a combinar com a Gerência de Recursos Humanos - GAH.
- 4.3.2 A Contratada poderá estabelecer um único profissional para prestar o serviço em ambas as localidades, desde que todas as despesas de viagem (como passagens aéreas, deslocamentos terrestres, alimentação e hospedagem) sejam de responsabilidade da Contratada.
- 4.3.3 O profissional será responsável por:
 - a) elaborar laudos e pareceres;
 - b) elaborar cartilhas com orientações nutricionais;
 - c) planejar, supervisionar e avaliar dietas específicas para servidores e sua família, de acordo com suas necessidades, patológicas ou não;
 - d) acompanhar, em conjunto com a equipe médica, os resultados de exames periódicos, atuando no planejamento de ações que possam

- diminuir, no âmbito de sua profissão, os índices de não conformidades apresentados;
- e) ministrar palestras; e
 - f) outras atividades que lhe forem demandadas, no âmbito de sua atuação profissional.

4.4 PSICOLOGIA

- 4.4.1 Manter psicólogo, registrado no Conselho Regional de Psicologia, com pós-graduação *lato sensu* na área de recursos humanos e possuidor de título profissional de Especialista em Psicologia (especialidade Organizacional e do Trabalho), além de ter no mínimo três anos de experiência em pelo menos dois dos subitens do item 4.4.3, nas seguintes localidades:
- **Sede:** três vezes por semana, durante oito horas diárias, a combinar com a Gerência de Recursos Humanos - GAH;
 - **Regional SP:** duas vezes por mês, durante oito horas diárias, a combinar com a Gerência de Recursos Humanos - GAH.
- 4.4.2 A Contratada poderá estabelecer um único profissional para prestar o serviço em ambas as localidades, desde que todas as despesas de viagem (como passagens aéreas, deslocamentos terrestres, alimentação e hospedagem) sejam de responsabilidade da Contratada.
- 4.4.3 O profissional será responsável por:
- a) participar de programas e/ou atividades na área de segurança do trabalho, subsidiando-os quanto a aspectos psicossociais;
 - b) participar de programas educacionais, culturais, recreativos e de higiene mental com vistas a assegurar a preservação da saúde e da qualidade de vida do servidor, eventualmente ministrando palestras;
 - c) encaminhar o servidor ou seu dependente legal para atendimento por outras especialidades;
 - d) encaminhar e orientar os servidores e a CVM quanto ao atendimento adequado no âmbito da saúde mental nos níveis de prevenção, tratamento e reabilitação;
 - e) realizar orientação psicológica ao servidor e seus familiares;
 - f) orientar e dar suporte psicológico ao servidor em seu retorno ao trabalho;
 - g) elaborar diagnósticos psicossociais da autarquia;

- h) participar do processo de aposentadoria dos servidores, visando à elaboração de novos projetos de vida, em consonância com o item 4.5.3.2; e
- i) outras que lhe forem demandadas, no âmbito de sua atuação profissional.

4.5 ATUAÇÃO INTEGRADA

4.5.1 Todos os profissionais prestadores dos serviços constantes deste TR deverão atuar de forma conjunta, formando uma equipe multiprofissional, no intuito de atender as premissas I, II e III do Art. 7º da Portaria Normativa Nº 3 de 25 de março de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme abaixo:

I - multideterminação da saúde: a saúde é compreendida como fenômeno decorrente de diversos fatores de natureza biológica, psicológica e social;

II - abordagem biopsicossocial: as equipes multiprofissionais devem pautar sua atuação na perspectiva biopsicossocial dos indivíduos, por meio de ações interdisciplinares que favoreçam relações entre diferentes conhecimentos, considerados os múltiplos fatores que influenciam a condição de saúde dos servidores em suas relações com o trabalho;

III - interdisciplinaridade: a abordagem multiprofissional sobre as ações e programas de promoção da saúde deve contemplar os conhecimentos técnicos a partir de visão interdisciplinar, observada a relação entre as diferentes áreas do conhecimento e, fundamentalmente, considerado o conhecimento dos servidores para o desenvolvimento das ações e dos programas;

4.5.2 Desta forma, os requisitos profissionais estabelecidos neste TR para os integrantes da equipe de saúde contratada contemplam não apenas o desempenho de suas atividades básicas de atendimento ambulatorial, mas incluem um nível de capacitação compatível com a atuação integrada de uma equipe multiprofissional, que incluem:

- desenvolvimento de ações que abrangem as mudanças na organização e no ambiente de trabalho, com foco na prevenção dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho e na educação em saúde;
- levantamento de dados epidemiológicos do corpo funcional;
- elaboração de indicadores de saúde como insumos para orientar e favorecer a transformação contínua do nível de saúde e das condições de vida dos servidores;

- fornecimento de informações aos servidores, sobretudo aquelas que ampliem seus conhecimentos sobre saúde e aumentem a autonomia para decisão quanto ao seu estilo de vida, que os orientem quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de doenças, acidentes e demais agravos à saúde e em relação às medidas de prevenção para evitar o surgimento de doenças e de situações de risco à saúde.

4.5.3 A atuação integrada da equipe far-se-á notar, principalmente, na consecução dos seguintes programas:

4.5.3.1 Assistencial

- a) assistência aos servidores e seus dependentes em caso de problemas de saúde de maior gravidade e demais ocorrências imprevistas, visando a orientá-los na tomada de providências e, quando cabível, acionando os recursos, contatos e instâncias decisórias, internas e externas à CVM;
- b) acompanhamento, por demanda dos servidores ou seus respectivos superiores hierárquicos, em casos pessoais relacionados à inadaptação funcional;
- c) emissão de pareceres técnicos, quando solicitado, a respeito de questões que envolvam interfaces entre as áreas abrangidas neste TR e outras, se houver.

4.5.3.2 Preparação à Aposentadoria

- a) preparo, orientação e acompanhamento de servidores próximos à aposentadoria (dois anos antes, pelo menos), promovendo encontros e atividades individuais e em grupo, visando atenuar os eventuais impactos negativos da transição para a inatividade;
- b) acompanhamento de servidores inativos que apresentem inaptações a essa nova condição (de aposentado);

4.5.3.3 Promoção da Qualidade de Vida

- a) identificação, com base em levantamentos estatísticos ou outros instrumentos técnicos, possíveis fatores de ordem médica, psicológica, social, cultural, organizacional, socioeconômica ou legal (desconhecimento de direitos, inclusive) que resultem no comprometimento da qualidade de vida e do bem-estar do trabalhador;

- b) proposição e promoção de ações sistematizadas e encadeadas que permitam a progressiva conscientização dos servidores sobre práticas mais saudáveis e mudanças atitudinais relevantes;
- c) participação no desenvolvimento de outras ações de promoção de qualidade de vida, integração e melhoria do ambiente organizacional, mediante campanhas de esclarecimento ou mobilização comunitária, cursos, produção e distribuição de material de leitura, etc.

4.6 RELATÓRIOS

A empresa deverá elaborar mensalmente relatório analítico e sintético de sua atuação nos quatro serviços prestados, além de prestar tempestivamente outras informações pertinentes sempre que solicitada pela GAH ou pelo Fiscal do Contrato.

5. DEVERES DA CONTRATADA

- a) assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus inerente ao serviço prestado, tais como: alimentação dos funcionários envolvidos no serviço; encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; tributos, taxas e licenças, incluindo alvarás, abertura de filiais e licenças sanitárias junto aos órgãos competentes; custos com documentos concernentes ao contrato e seguros contra acidentes de trabalho;
- b) o salário pago a seus funcionários não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria – CCT;
- c) indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo pessoal ou material causado, voluntária ou involuntariamente, por seus funcionários durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, de imediato, sua reparação junto ao Contratante ou a terceiros, incluindo-se as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver;
- d) responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e da equipe técnica;
- e) comunicar, por escrito e imediatamente ao servidor responsável pela fiscalização, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho específicas da atividade Contratada, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI (quando necessários);

- g) nenhum vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, da Contratante poderá ser invocado, quanto à eventual inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não se transferindo à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento;
- h) a Contratada deverá apresentar, na data da assinatura do contrato, nome e telefone de um profissional da empresa, o qual atuará como preposto, conforme disposto no Artigo 68 da Lei nº 8.666/93;
- i) determinar que seus empregados utilizem uniforme ou crachá de identificação, enquanto permanecerem nas dependências da Contratante;
- j) a Contratada deverá apresentar para o início dos serviços tratados no item 4.1, que deverá ocorrer em até cinco dias úteis após a assinatura do contrato, toda a documentação comprobatória dos requisitos de capacitação e experiência tratados nos itens 3 e 4.1, através de registros em conselhos de classe, certificados, carteira de trabalho ou outros meios hábeis;
- k) a Contratada deverá apresentar para o início dos serviços tratados nos itens 4.2, 4.3 e 4.4, que deverá ocorrer em até dez dias úteis após a assinatura do contrato, toda a documentação comprobatória dos requisitos de capacitação e experiência tratados nesses itens, através de registros em conselhos de classe, certificados, carteira de trabalho ou outros meios hábeis;
- l) apresentar, com antecedência, a relação de profissionais que fruirão férias em período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los, inclusive com a apresentação dos documentos que comprovem a qualificação técnica dos substitutos exigida neste Termo de Referência;
- m) providenciar a substituição dos empregados, por motivo de falta, férias, licença ou demissão, de forma a evitar a interrupção dos serviços;
- n) providenciar a coleta quinzenal de resíduos sólidos especiais, compostos por lixo infectante gerado nos atendimentos ambulatoriais realizados nas instalações desta entidade nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, fornecendo os recipientes adequados para o acondicionamento dos resíduos. Este serviço poderá ser subcontratado mediante avaliação e anuência prévia por escrito da CVM.

6. DEVERES DA CONTRATANTE

- a) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, incluindo o acesso de seus funcionários para a execução do serviço, dentro das normas a serem firmadas em contrato;
- b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado pela Gerência de Licitações e Contratos - GAL, anotando em registro

- próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
 - e) providenciar o pagamento à Contratada do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses.

8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1 A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida por servidor devidamente designado pela Superintendência Administrativo-Financeira – SAD, ao qual competirá, com o auxílio de outro servidor designado para a Regional São Paulo, acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução e dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dar ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02. Para o caso de impedimento por parte do fiscal do contrato, será designado pela SAD novo servidor como substituto.
- 8.2 Caberá à Contratada o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo Fiscal.
- 8.3 As faltas cometidas pela Contratada deverão ser devidamente registradas no Processo pelo Fiscal do contrato, que providenciará o envio de notificação à Contratada informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O Fiscal deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do art. 87 da lei nº 8.666/1993.
- 8.4 A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da lei nº 10.520/02).
- 8.5 A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer profissional que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.
- 8.6 A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02).

- 8.7 A CVM poderá requerer ao Ministério do Trabalho a realização de perícia nos locais destinados à prestação dos serviços, com o objetivo de caracterizar e classificar as atividades insalubres, devendo a Contratada adequar o pagamento desse encargo aos seus funcionários conforme o resultado da perícia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

Aprovo este Termo de Referência.

RICARDO COELHO PEDRO
Gerente de Recursos Humanos em Exercício

TANIA CRISTINA LOPES RIBEIRO
Superintendente Administrativo-Financeira

ORIGINAL ASSINADO

ANEXO II - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

_____, _____ de _____ de 2014

À Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **Pregão Eletrônico n.º 11/2014**, cujo objeto é contratação de serviços médicos, de assistência social, de nutrição e de psicologia, conforme descrito, caracterizado e especificado no Edital do certame licitatório e em seus anexos.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA:

C.C Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 11/2014**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ



Assinatura

NOME:

CARGO:

RG:

CPF

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	N.º do Registro no MTE do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	N.º de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

ANEXO III-A – Mão de Obra

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

	Composição da Remuneração	Ref.*	Valor (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar)		
	Total da Remuneração		

*Indicar a forma/equação de cálculo e/ou referência à cláusula de Instrumento Legal (acordo, convenção coletiva e decisões normativas trabalhistas, dentre outros).

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Ref.*	Valor (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)		
C	Assistência médica e familiar		
D	Auxílio creche		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
F	Outros (especificar)		
	Total de Benefícios mensais e diários		

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

*Indicar a forma/equação de cálculo e/ou referência à cláusula de Instrumento Legal (acordo, convenção coletiva e decisões normativas trabalhistas, dentre outros).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Ref.*	Valor (R\$)
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	Outros (especificar)		
	Total de Insumos diversos		

Nota: Valores mensais por empregado.

*Indicar a forma/equação de cálculo.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	TOTAL		

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Adicional de Férias		
	Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
	TOTAL		

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade:	%	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade		
TOTAL			

Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
TOTAL			

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por Acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		
TOTAL			

Nota (1) - O Custo de referência para cálculo da reposição do profissional ausente deve levar em conta todos os custos para manter o profissional no posto de trabalho.

Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	
4.2	13 º salário + Adicional de férias	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos indiretos, tributos e lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
	B1. Tributos Federais (especificar)		
	B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos Municipais (especificar)		
	B.4 Outros tributos (especificar)		
C	Lucro		
Total			

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

ANEXO III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B + C + D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

ANEXO III-C - Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)					
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						

Anexo III-D - Quadro demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor Unitário	Valor Anual
A	Valor proposto por unidade de medida		
B	Valor mensal do serviço		
C	Valor global da proposta (B* número de meses do contrato)		

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

OBSERVAÇÕES E FORMAS DE CÁLCULO:

- 1) Para **CADA TIPO DE SERVIÇO LISTADO ABAIXO** deverá ser preenchida uma **Planilha de Custos e Formação de Preços**, considerando-se as observações dispostas nos itens 4.3.2 e 4.4.2 do Termo de Referência.

TIPO	SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA
1	Serviço Médico – Médico Examinador (8 horas diárias - 5 vezes por semana) – RJ
2	Serviço Médico – Médico Examinador/Coordenador (4 horas diárias – 5 vezes por semana) - RJ
3	Serviço Médico – Médico Examinador (4 horas diárias - 5 vezes por semana) – SP
4	Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem (8 horas diárias - 5 vezes por semana) - RJ
5	Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem (8 horas diárias - 5 vezes por semana) - SP
6	Serviço de Assistência Social (12 horas diárias - 5 vezes por semana) - RJ
7	Serviço de Assistência Social (6 horas diárias - 5 vezes por semana) - SP
8	Serviço de Nutrição (12 horas semanais – 3 vezes por semana a combinar com a CVM) - RJ
9	Serviço de Nutrição (8 horas quinzenais a combinar com a CVM) - SP
10	Serviço de Psicologia (8 horas diárias - 3 vezes por semana) - RJ
11	Serviço de Psicologia (8 horas diárias - 2 vezes por mês) - SP

- 2) Os itens integrantes da Planilha de Custos e Formação de Preços não são critérios de adjudicação do certame licitatório. Estes itens integram a composição de preços, instrumentalizando a Administração quanto à formação do valor dos serviços a serem contratados.
- 3) **Os custos indiretos** são calculados mediante a incidência do percentual sobre o somatório da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos e encargos sociais e trabalhistas.
- 4) **O lucro** será calculado mediante a incidência percentual sobre a remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas e custos indiretos.
- 5) Quanto aos **tributos**, a empresa deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação **ao qual estará submetido durante a execução do contrato**. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$\text{Valor } \mathbf{Tributo} = \frac{\text{Total de Gastos com Mão de Obra} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}}{1 - \sum(\%Tributos)} \times \% \mathbf{Tributo}$$

- 6) Havendo a suspeita de que o primeiro classificado no certame licitatório tenha apresentado preços inexequíveis, poderá a Administração, a qualquer momento, questionar os valores contidos nas rubricas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme preconiza o § 3º, do Art. 43, da Lei n.º 8.666/93.

ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ESPECÍFICA
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

1. PREÇOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS DE EXAMES PERIÓDICOS

SERVIÇOS DE EXAMES PERIÓDICOS	DEMANDA ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO ANUAL TOTAL (R\$)
Hemograma completo	371		
Glicemia	371		
Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS)	371		
Creatinina	371		
Colesterol total e triglicérides	371		
Frações de Colesterol (HDL/LDL)	371		
AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	371		
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP)	371		
Citologia oncológica (Papanicolau), para mulheres	102		
Oftalmológico	236		
Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	162		
Mamografia, para mulheres	39		
PSA, para homens	123		
TOTAL ANUAL			

2. PREÇOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO

SERVIÇOS DE REMOÇÃO – área protegida	DEMANDA ANUAL ESTIMADA	PREÇO MENSAL(R\$)	PREÇO ANUAL TOTAL (R\$)
Remoção por ambulância com UTI - Rio de Janeiro	12 meses		
Remoção por ambulância com UTI - São Paulo	12 meses		
TOTAL ANUAL			

3. QUADRO-RESUMO DO PREÇO TOTAL ANUAL

SERVIÇO	PREÇO TOTAL ANUAL (R\$)
Serviço Médico – Médico Examinador (8 horas diárias - 5 vezes por semana) – RJ	
Serviço Médico – Médico Examinador/Coordenador (4 horas diárias – 5 vezes por semana) - RJ	
Serviço Médico – Médico Examinador (4 horas diárias - 5 vezes por semana) – SP	
Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem (8 horas diárias - 5 vezes por semana) - RJ	
Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem (8 horas diárias - 5 vezes por semana) - SP	
Serviço de Assistência Social (12 horas diárias - 5 vezes por semana) - RJ	
Serviço de Assistência Social (6 horas diárias - 5 vezes por semana) - SP	
Serviço de Nutrição (12 horas semanais – 3 vezes por semana a combinar com a CVM) - RJ	
Serviço de Nutrição (8 horas quinzenais a combinar com a CVM) - SP	
Serviço de Psicologia (8 horas diárias - 3 vezes por semana) - RJ	
Serviço de Psicologia (8 horas diárias - 2 vezes por mês) - SP	
Exames Periódicos	
Remoções	
VALOR TOTAL ANUAL (TOTAL)	

ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE NUTRIÇÃO E DE PSICOLOGIA, QUE ENTRE SI FAZEM A CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E [REDACTED].

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 - 28º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ (CEP: 20.050-901), inscrita no CNPJ sob o nº 29.507.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE/nº 108, de 01 de novembro de 2011, pela Superintendente Administrativo-Financeira, Sra. Tania Cristina Lopes Ribeiro, doravante denominada **CVM**, e [REDACTED], estabelecida à [REDACTED], inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED], doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por [REDACTED], portador do CPF nº [REDACTED], têm justo e acordado o presente contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666, de 21/6/1993 e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2/2010, nº 2/2008 e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas e do qual ficam fazendo parte para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a) Processo de Compras nº RJ-2014-3002 – Edital de Pregão nº 11/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da **CONTRATADA**, emitida em [REDACTED];
- c) Nota de Empenho – 2014NE [REDACTED].

Cláusula Primeira - DO OBJETO

- 1.1 O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços médicos, de assistência social, de nutrição e de psicologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento contratual, no Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2014 e em seus anexos.

Cláusula Segunda - DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 As despesas para atender a este **CONTRATO** estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2014, na classificação abaixo:

Fonte: 0174

Programas de Trabalho: 04.122.2110.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039

Cláusula Terceira – DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1 As especificações dos serviços estão descritas no Edital do Pregão n.º 11/2014 e em seus anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.
- 3.2 O início da prestação dos Serviços Médicos (item 4.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2014) deverá ocorrer em até cinco dias úteis após a assinatura deste **CONTRATO**, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.
- 3.3 O início dos serviços tratados nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2014 deverá ocorrer em até dez dias úteis após a assinatura do **CONTRATO**, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.
- 3.4 Excepcionalmente, caso haja necessidade de o serviço ser realizado em horário excedente ao **básico** (devidamente comprovado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CVM**) deverá haver compensação de jornada, conforme estatuído no artigo 59, § 2º da CLT. Na impossibilidade de compensação da jornada, a remuneração das horas extras observará o adicional previsto na legislação trabalhista aplicável.
- 3.5 Nas faltas e/ou afastamentos de qualquer natureza do empregado ao serviço, ficará a **CONTRATADA** obrigada a providenciar, de imediato, a sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a **CVM**.
- 3.6 Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no artigo 87, da Lei nº 8.666/93.
- 3.7 Os empregados que estiverem designados para os serviços de que trata este **CONTRATO** terão vínculo empregatício, exclusivamente, com a **CONTRATADA**, que será também, a única responsável pelo pagamento de seus empregados e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor.
- 3.8 A **CONTRATADA** deverá efetuar a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos da categoria profissional.

- 3.9 Exames médicos admissionais, periódicos, demissionais e, se for o caso, necessários para afastamentos e mudanças de função, deverão ser entregues sempre que a **CVM** solicitar.
- 3.10 É vedada a prestação de serviços de familiar de agente público no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

Cláusula Quarta - DO PREÇO

- 4.1 A **CVM** pagará à **CONTRATADA**, mensalmente, **pelos serviços efetivamente prestados**, os seguintes valores mensais, perfazendo um total anual de R\$ ():

SERVIÇO	VALOR MENSAL (R\$)
Serviço Médico – Médico Examinador -RJ	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço Médico – Médico Examinador/Coordenador - RJ	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço Médico – Médico Examinador - SP	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem - RJ	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço Médico - Auxiliar de Enfermagem - SP	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço de Assistência Social - RJ	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço de Assistência Social - SP	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço de Nutrição - RJ	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço de Nutrição - SP	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço de Psicologia - RJ	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Serviço de Psicologia - SP	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)

- 4.2 A **CVM** pagará à **CONTRATADA**, **pelos serviços demandados e efetivamente prestados**, os seguintes valores unitários, perfazendo um total anual estimado de R\$ ():

SERVIÇO	DEMANDA PREVISTA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Hemograma completo	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Glicemia	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS)	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Creatinina	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Colesterol total e triglicérides	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Frações de Colesterol (HDL/LDL)	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP)	371	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Citologia oncológica (Papanicolau), para mulheres	102	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Oftalmológico	236	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	162	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Mamografia, para mulheres	39	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
PSA, para homens	123	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)

- 4.2.1. O valor total anual deste item é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente demandados e prestados.
- 4.2.2. A não concretização das circunstâncias que orientam a citada estimativa, por estarem absolutamente fora do controle da **CVM** (como nº de admitidos, nº de servidores que compareçam ao periódico, remoções, etc.), não constitui responsabilidade da Autarquia. Desta forma, **a CVM está totalmente desobrigada a utilizar qualquer desses serviços nas quantidades citadas acima**, durante toda a vigência deste **CONTRATO**.
- 4.2.3. Sempre que houver algum tipo de cobrança relacionada aos itens constantes deste subitem, a **CONTRATADA** deverá emitir relatório discriminando separadamente o quantitativo e o valor de cada um dos procedimentos efetuados.

- 4.3 A **CVM** pagará à **CONTRATADA**, **pela disponibilização dos serviços de remoção (modalidade área protegida)**, os seguintes valores mensais, perfazendo um total anual de R\$ ():

SERVIÇO	VALOR MENSAL (R\$)
Remoção por ambulância com UTI - Rio de Janeiro	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)
Remoção por ambulância com UTI - São Paulo	R\$ <input type="text"/> (<input type="text"/>)

- 4.4 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Quinta – DA REPACTUAÇÃO

- 5.1 Será admitida a repactuação do preço pactuado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano (artigo 37 da IN SLTI/MP Nº 2/2008);
- 5.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 5.2.1. para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio, convenção coletiva de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo **CONTRATO** (artigo 38, inciso II, da IN SLTI/MP n.º 2/2008);
- 5.2.2. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas, constante do Edital (artigo 38, inciso I, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).

- 5.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida (artigo 39 c/c artigo 41, inciso III, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 5.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, a quem compete justificar e comprovar a variação analítica dos custos por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados (artigo 40 da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 5.5 Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à **CONTRATADA** a demonstração da variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela **CVM**, da pertinência das informações prestadas.
- 5.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva (artigo 40, §1.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 5.7 As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do **CONTRATO** serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do **CONTRATO** (artigo 40, §7.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 5.8 Nessas condições, se a vigência do **CONTRATO** tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 5.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - 5.8.2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 5.9 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à **CVM** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula, conforme solicitação da **CONTRATADA**, no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 5.10 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 5.11 O reajuste dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais será efetuado, respeitada a anualidade, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, em virtude da não existência de índice setorial ou específico aplicado ao caso (art. 30-A, § 2º, inciso II, da IN SLTI/MP nº 2/2008).
- 5.12 Para o cálculo do preço final reajustado, será utilizada a seguinte fórmula:

$$V_1 = V_0 \times \left(\frac{I_1}{I_0} \right), \text{ onde:}$$

I0 - índice correspondente à data base da proposta;

I1 - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor;

V0 - preço original do material/insumo, na data base (valor a ser reajustado);

V1 - preço final do material/insumo já reajustado.

- 5.13 Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrentes do mercado, a **CONTRATADA** demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
- 5.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - 5.13.2. as particularidades do **CONTRATO** em vigência;
 - 5.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
 - 5.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
 - 5.13.5. a disponibilidade orçamentária da **CVM**.
- 5.14 A **CVM** poderá realizar diligências para conferir a variação dos custos alegada pela **CONTRATADA** (artigo 40, §6.º, da IN SLTI/MP n.º 2/2008).
- 5.15 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 5.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - 5.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - 5.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 5.16 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 5.17 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 5.18 O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CVM** para a comprovação da variação dos custos.

- 5.19 A **CVM** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.
- 5.20 A **CVM** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
- 5.21 Por ocasião da prorrogação ou do término da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá ressalvar/resguardar o direito de reajuste, sob pena de preclusão lógica (Acórdão TCU n.º 1.828/ 2008 - Plenário).
- 5.22 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

Cláusula Sexta – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 6.1 As Notas Fiscais/Faturas, acompanhadas dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações decorrentes do **CONTRATO**, deverão ser entregues no protocolo da **CVM**, situado na Rua Sete de Setembro, n.º 111, 2.º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.050-901 e dirigidas ao Fiscal do Contrato, designado pela **CVM**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
 - 6.1.1. Para os **serviços médicos, de assistência social, de nutrição, de psicologia e de remoção na modalidade área protegida**, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser encaminhadas mensalmente, a partir da **data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que se referir**.
 - 6.1.2. Para os serviços **de exames**, executados sob demanda da **CVM**, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser encaminhadas após a sua prestação.
 - 6.1.3. As Notas Fiscais deverão conter, no mínimo, a descrição sucinta dos serviços prestados, os preços unitários e totais, o número do Contrato e o número da Nota de Empenho.
- 6.2 As notas fiscais ou faturas para pagamento deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos, que, quando cópia, deverão ser autenticados por servidor da **CVM**:
 - 6.2.1. comprovantes do pagamento das remunerações (folha de pagamento), correspondentes ao mês anterior ao do faturamento, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;
 - 6.2.2. comprovantes de fornecimento dos auxílios alimentação e transporte ou outros documentos equivalentes, correspondentes ao mês anterior ao do faturamento, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores, quando for o caso;
 - 6.2.3. Comprovantes de recolhimento do FGTS, por meio dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior ao do faturamento:

- a) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
 - b) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - c) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE), compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
 - d) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).
- 6.2.4. comprovantes de recolhimento das contribuições ao INSS por meio dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior ao do faturamento:
- a) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
 - b) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
 - c) cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - d) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE), compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
 - e) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).
- 6.2.5. relação de frequência dos funcionários (folha de ponto), com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, referente ao mês anterior ao do faturamento;
- 6.2.6. comprovação do cumprimento das demais obrigações trabalhistas previstas em acordo/convenção/dissídio coletivo utilizado para a formulação da proposta, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela **CVM**;
- 6.2.7. cópia da CTPS dos empregados admitidos e demitidos durante a vigência contratual, documentação admissional e rescisória completa, bem como recibos de pagamento dos empregados demitidos no período.
- 6.3 Caberá ao Fiscal do **CONTRATO**, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, atestar a prestação dos serviços, verificando o cumprimento pela **CONTRATADA** de todas as condições pactuadas, inclusive quanto ao preço cobrado. Ato contínuo, liberará a referida Nota Fiscal para a Gerência de Contabilidade e Finanças (GAF), a fim de ser providenciada a liquidação e o pagamento.
- 6.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelos servidores competentes, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, e será efetuado em um prazo

máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento do documento fiscal, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**.

- 6.5 Os títulos deverão permanecer em carteira, não sendo admitidos pela **CVM** caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções, a juízo da **CVM**, previstas neste **CONTRATO**.
- 6.6 A **CVM** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA** (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 6.7 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal do **CONTRATO** à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, não acarretando qualquer ônus para a **CVM**.
- 6.8 Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à **CONTRATADA** para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.
- 6.9 A critério da **CVM**, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da **CONTRATADA** para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.
- 6.10 Previamente a cada pagamento à **CONTRATADA**, a **CVM** realizará consulta ao SICAF e às demais certidões (CEIS, CNJ, CNDT) para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 6.11 Constatada situação de irregularidade da **CONTRATADA**, esta será notificada, por escrito, **sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já prestado**, para, em um prazo fixado pela **CVM**, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de anulação da contratação e/ou aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** (Art. 34-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008).
 - 6.11.1. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o item anterior poderá ser prorrogado a critério da **CVM**;
- 6.12 Nos termos do artigo 36, §6.º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA**:
 - 6.12.1. não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 6.12.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.14 Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas poderá ser concedido um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

- 6.15 Não sendo regularizada a situação da **CONTRATADA** no prazo concedido, ou nos casos de identificada má-fé, **se não for possível a realização desses pagamentos pela própria CVM**, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 6.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CVM**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I * N * VP, \text{ onde,}$$

EM = Encargos Moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \Rightarrow I = \frac{\frac{6}{100}}{365} \Rightarrow I = 0,00016438$$

- 6.17 Não serão considerados os atrasos no pagamento pela **CVM** decorrentes de caso fortuito ou força maior, nos casos caracterizados como fato do príncipe (*ação superior do Estado, unilateral e imprevista, que impossibilita o cumprimento, ao menos temporário, de um ou de todos os deveres contratuais*).

Cláusula Sétima - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1 O período de vigência deste **CONTRATO** será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c/c art. 30-A, § 1º, da IN SLTI/MP nº 2/2008).
- 7.1.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 7.1.2. a **CVM** mantenha interesse na realização do serviço objeto deste **CONTRATO**;
 - 7.1.3. o valor deste **CONTRATO** permaneça economicamente vantajoso para a **CVM**;
 - 7.1.4. a **CONTRATADA** manifeste expressamente interesse na prorrogação.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.2 Caberá à **CONTRATADA**, **sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades constantes no Termo de Referência**, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2014, e daquelas resultantes da Lei n.º 8.666/1993:
- 8.2.1. executar o serviço conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão n.º 11/2014) e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste **CONTRATO**;
 - 8.2.2. autorizar a utilização da garantia e de pagamento direto previstos nos artigos 19-A e 35 no Anexo VII da Instrução Normativa n.º 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2014, que será parte integrante deste **CONTRATO** para todos os fins.
 - 8.2.3. providenciar **Certidão de Responsabilidade Técnica de Enfermagem**, cuja anotação deverá ser requerida por profissional Enfermeiro junto ao Conselho Regional de Enfermagem, conforme Resolução 302/2005 do Conselho Federal de Enfermagem. **O documento deve ser entregue ao Fiscal do Contrato em até 30 dias corridos após a assinatura do contrato.** Tal prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado pela **CONTRATADA**, com o aceite da **CVM**.
 - 8.2.4. elaborar mensalmente relatório analítico e sintético de sua atuação nos quatro serviços prestados, além de prestar tempestivamente outras informações pertinentes sempre que solicitada pela GAH ou pelo Fiscal do Contrato.
 - 8.2.5. assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus inerente ao serviço prestado, tais como: tributos, taxas e licenças, incluindo alvarás, abertura de filiais e licenças sanitárias junto aos órgãos competentes; custos com documentos concernentes ao contrato e seguros contra acidentes de trabalho;
 - 8.2.6. designar, na data de assinatura do contrato, um preposto perante a Superintendência Administrativo-Financeiro – SAD, para representá-la na execução do **CONTRATO**, como também prestar todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações que por ventura surjam durante a execução do **CONTRATO**;
 - 8.2.7. apresentar toda a documentação comprobatória dos requisitos de capacitação e experiência tratados nos itens 3 e 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2014, pro meio de registros em conselhos de classe, certificados, carteira de trabalho ou outros meios hábeis;
 - 8.2.8. providenciar a coleta quinzenal de resíduos sólidos especiais, compostos por lixo infectante gerado nos atendimentos ambulatoriais realizados nas instalações desta entidade nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, fornecendo os recipientes adequados para o acondicionamento dos resíduos. Este serviço

poderá ser subcontratado mediante avaliação e anuência prévia por escrito da **CVM**.

- 8.2.9. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a **CVM**), no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do **CONTRATO**, o objeto contratado quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/1993);
- 8.2.10. manter os empregados nos horários predeterminados pela **CVM**;
- 8.2.11. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto do **CONTRATO**, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a **CVM** autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.2.12. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a Terceiros;
- 8.2.13. utilizar empregados habilitados e capacitados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.2.14. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na **CVM**, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.2.15. disponibilizar à **CVM** os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;
- 8.2.16. fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 8.2.17. apresentar à **CVM**, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do **CONTRATO**, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da **CVM**, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;
 - 8.2.17.1. caso a **CONTRATADA** não disponha da documentação mencionada no subitem anterior, além de outros relacionados aos seus empregados para entrega à **CVM** no momento da apresentação dos profissionais (início da execução dos serviços), deverá apresentar uma declaração assinada pelo representante legal da empresa, identificando os profissionais e respectiva documentação faltante, e deverá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, entregar ao Fiscal do **CONTRATO** os documentos pendentes de apresentação;
 - 8.2.17.2. se em razão da peculiaridade do objeto da contratação houver algum documento que necessite de maior tempo para elaboração ou para

obtenção junto a empresas privadas ou órgãos públicos, a **CONTRATADA** poderá solicitar a dilação do prazo estabelecido no subitem anterior, desde que reste comprovada formalmente tal necessidade;

- 8.2.18. substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da **CVM**, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do **CONTRATO**;
- 8.2.19. responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do subitem anterior;
- 8.2.20. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, que deverá ser aberta na localidade onde o profissional estiver prestando os serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da **CVM**;
 - 8.2.20.1. A **CONTRATADA** não poderá pagar salários inferiores aos constantes de sua proposta inicial ou dos novos valores repactuados.
 - 8.2.20.2. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto neste item, a **CONTRATADA** deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento.
- 8.2.21. fornecer mensalmente, juntamente com a fatura, ou sempre que solicitados pela **CVM**, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da **CVM**, bem como declaração devidamente assinada pelos empregados alocados e pelo responsável/preposto da **CONTRATADA**;
- 8.2.22. apresentar, quando solicitado pela **CVM**, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 8.2.23. não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 8.2.24. viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do **Cartão Cidadão** expedido pela **Caixa Econômica Federal** para todos os empregados;
- 8.2.25. viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da **Previdência Social** e da **Receita do Brasil**, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- 8.2.26. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela Fiscalização;
- 8.2.27. A **CONTRATADA**, no momento da assinatura do **CONTRATO**, autoriza a **CVM** a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das

contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos (art. 19-A, inciso V, da Instrução Normativa nº 02/2008).

- 8.2.27.1. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere este item pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.
- 8.2.28. manter, com registros atualizados, livro de ocorrências, submetendo-o ao Fiscal do **CONTRATO** sempre que solicitado;
- 8.2.29. atender de imediato às solicitações da **CVM** quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste **CONTRATO**;
- 8.2.30. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da **CVM**, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas;
- 8.2.31. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo **CONTRATO**, devendo a **CONTRATADA** relatar à Fiscalização toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.2.32. em caso de substituição do preposto pela **CONTRATADA**, a **CVM** deverá receber aviso formal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, no qual deve conter informações relativas ao substituto, tais como: nome completo, números de telefone, endereço eletrônico, etc.;
- 8.2.33. a **CONTRATADA** deverá substituir o preposto, quando solicitado pela **CVM**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;
- 8.2.34. relatar à Fiscalização toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.2.35. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.36. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CVM**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 8.2.37. manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.38. responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela **CVM**;

- 8.2.39. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO**;
- 8.2.40. não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional;
- 8.2.41. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.2.42. arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a assumir quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste firmado;
- 8.2.43. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CVM**;
- 8.2.44. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da **CVM**, inclusive por danos causados a terceiros;
- 8.2.45. aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.46. quando houver a eventual ou efetiva utilização de recursos de informática da **CVM** durante a prestação de serviços que são objeto deste **CONTRATO**, os profissionais alocados pela **CONTRATADA** deverão cumprir o previsto na PORTARIA/CVM/PTE Nº 077, de 22 de Setembro de 2010, sob pena de aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO**.
- 8.2.47. Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010) e nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, a **CONTRATADA** deverá adotar as seguintes providências:
 - a) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela **CVM**, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, que serão destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

- a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - b.1) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - b.2) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- c) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

- 9.1 Caberá à **CVM**, sem prejuízo das demais disposições insertas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2014:
- 9.1.1. Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste **CONTRATO**;
 - 9.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 9.1.3. Exercer o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 9.1.4. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, fixando prazo para a sua correção;
 - 9.1.5. pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, nos termos deste **CONTRATO**;
 - 9.1.6. zelar para que, durante toda a vigência do **CONTRATO**, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 9.1.7. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**;

9.1.8. não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na **CONTRATADA**;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **CONTRATADA**, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) considerar os trabalhadores da **CONTRATADA** como colaboradores eventuais da própria **CVM**, especialmente, para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.2 A **CVM** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Dez - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo servidor [REDACTED], devidamente designado pela Superintendência Administrativo-Financeira – SAD, ao qual competirá, com o auxílio do servidor [REDACTED], designado para a Regional São Paulo, acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução e dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dar ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02. Para o caso de impedimento por parte do fiscal do contrato, será designado pela SAD novo servidor como substituto.
- 10.2 Caberá à **CONTRATADA** o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo Fiscal.
- 10.3 As faltas cometidas pela **CONTRATADA** deverão ser devidamente registradas no Processo pelo Fiscal do contrato, que deverá propor ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do art. 87 da lei nº 8.666/1993.
- 10.4 A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à **CVM** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do **CONTRATO**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da **CVM** (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da lei nº 10.520/02).
- 10.5 A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer profissional que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.

- 10.6 A **CVM** se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o **CONTRATO** (art. 76 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02).
- 10.7 Quando da rescisão contratual, o Fiscal deve verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 10.8 Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item acima, a **CVM** deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual (art. 35, Parágrafo Único da Instrução Normativa nº 02/2008).

Cláusula Onze - DA GARANTIA

- 11.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do total contratual estimado, que será liberada de acordo com as condições previstas neste **CONTRATO**, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2 A garantia deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.
- 11.2.1. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da **CONTRATADA**, formalmente aceita pela **CVM**.
- 11.3 A garantia deve ser apresentada em uma das seguintes modalidades, conforme opção da **CONTRATADA**:
- 11.3.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida federal;
- 11.3.2. seguro-garantia; ou
- 11.3.3. fiança bancária.
- 11.4 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência da execução do **CONTRATO** e mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 11.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.5.2. prejuízos causados à **CVM** ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do **CONTRATO**;
- 11.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CVM** à **CONTRATADA**;
- 11.5.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**.

- 11.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos subitens do item acima.
- 11.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CVM**, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.
- 11.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada, salvo na hipótese de comprovada inviabilidade de cumprir tal prazo, mediante justificativa apresentada por escrito e aceita pelo Fiscal do **CONTRATO**.
- 11.9 Será considerada extinta a garantia:
- 11.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CVM**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**;
 - 11.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, podendo ser estendido pela **CVM** em caso de ocorrência de sinistro.
- 11.10 A **CVM** não executará a garantia unicamente nas seguintes hipóteses:
- 11.10.1. caso fortuito ou força maior;
 - 11.10.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - 11.10.3. descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos da Administração;
 - 11.10.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da **CVM**.
- 11.11 A execução completa do **CONTRATO** só acontecerá quando a **CONTRATADA** comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada, incluindo as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.
- 11.12 Caso o pagamento de que trata o item acima não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela **CVM**.
- 11.13 A **CONTRATADA**, no momento da assinatura do **CONTRATO**, autoriza a **CVM** a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no item acima (art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa nº 02/2008).

Cláusula Doze – DAS PENALIDADES

- 12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 12.1.3. fraudar na execução do Contrato;
 - 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.1.5. cometer fraude fiscal;
 - 12.1.6. não manter a proposta.
- 12.2 A **CONTRATADA**, ao cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CVM**;
 - 12.2.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 12.2.3. multa compensatória de até 20% (trinta por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - 12.2.4. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
 - 12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a **CVM**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 12.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CVM** pelos prejuízos causados;
- 12.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CVM**.
- 12.4 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** que:
- 12.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 12.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 12.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5 Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do **CONTRATO**, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do **CONTRATO**, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (art. 19, XXVI, da IN SLTI/MP nº2/2008).
- 12.6 A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.
- 12.7 A aplicação das sanções previstas neste instrumento, que ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a **CVM** rescinda unilateralmente o **CONTRATO** e aplique outras sanções regulamentares (artigo 86, §1.º da Lei nº 8.666/1993).
- 12.8 Será facultada à **CONTRATADA** a apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias, após a notificação, para as penalidades: advertência, multa, suspensão e impedimento e de 10 (dez) dias para a penalidade declaração de inidoneidade.
- 12.9 Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela **CVM**, a **CONTRATADA** fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/1980.
- 12.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.11 Não serão aplicadas simultaneamente, para a mesma ação ou omissão, sanções e glosas.
- 12.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Cláusula Treze – DA RESCISÃO

- 13.1 A inexecução parcial ou total do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 13.2 A rescisão do **CONTRATO** poderá ser:
- I – determinada por ato unilateral e escrito da **CVM**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;
 - II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a **CVM**; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

- 13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/1993).

Cláusula Quatorze - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1 É vedado à **CONTRATADA**:

- a) caucionar ou utilizar este **CONTRATO** para qualquer operação financeira;
- b) ceder ou transferir a terceiros o **CONTRATO** e os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da **CVM**;
- c) interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da **CVM**;
- d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este **CONTRATO**, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da **CVM**.

14.2 A relação da **CONTRATADA** com a **CVM** restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica, isto é, os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CVM**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

14.3 A **CVM** não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 13, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008).

14.4 Para dirimir as questões decorrentes deste **CONTRATO** fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).

14.5 Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Licitações e Contratos, à luz da legislação vigente, ouvida a Procuradoria Jurídica da **CVM**.

E, por estarem de comum acordo com todas as Cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, de de 2014.

Tania Cristina Lopes Ribeiro
Pela **CVM**

XXXXXXXXXXXXX
Pela **CONTRATADA**

**ANEXO VI – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA
E DE PAGAMENTO DIRETO**

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2014-3002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº _____

(identificação do
licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o
Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade
RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA**, para os fins dos artigos
19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia
da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos
correspondentes do Edital do Pregão Eletrônico CVM nº 11/2014:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos
trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente
aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da
CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme
o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão
contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal
e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da
empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

3) que a **CVM** utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento
direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a
CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da
vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº
2/2008.

....., de..... de 20.....

(assinatura do representante legal do licitante)